

Relatório Anual 2016

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de
Associados do Sul do Estado de Santa
Catarina - Sicredi Sul SC**

**Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria**





Centro Empresarial Mostardelro
Av. Mostardelro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-6500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina
– Sicredi Sul SC
Criciúma - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina – Sicredi Sul SC ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina – Sicredi Sul SC em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 29 de fevereiro de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 02 de março de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 29P015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC
CNPJ/MF nº 03.793.242/0001-78

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	221.186	157.601	CIRCULANTE	73.318	60.790
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	4.031	DEPÓSITOS	47.846	39.906
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	15.190	Depósitos à Vista	44.865	36.125
Carteira Própria		15.190	Depósitos a Prazo	2.981	3.781
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		87.116	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	12.075	6.788
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		2	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	4	4
Correspondentes no país		173	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 13)	12.071
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	86.941			6.784
71.123		70.460	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	237	409
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	104.641	Recursos em Trânsito de Terceiros	237	409
Operações de Crédito		109.349	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	1.360	1.671
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(4.708)	Emprestimos País - Outras Instituições	1.360	1.671
OUTROS CRÉDITOS		9.244	OUTRAS OBRIGAÇÕES	11.800	12.016
Rendas a Receber		272	Cobrança e Arrecadação de Tributos	34	30
Diversos	(NOTA 08)	9.085	Sociais e Estatutárias	595	191
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(113)	Fiscais e Previdenciárias	545	554
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	964	Diversas	(NOTA 15)	10.626
Outros Valores e Bens		934			11.241
(Provisão para desvalorização)		-			
Despesas Antecipadas		30			
605		19			
NÃO CIRCULANTE	43.730	32.734	NÃO CIRCULANTE	161.247	106.722
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		35.005	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	161.247	106.722
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	274	DEPÓSITOS	159.554	104.511
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		274	Depósitos a Prazo	159.554	104.511
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	34.722	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	89	440
Operações de Crédito		36.927	Repasses Interfinanceiros	89	440
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(2.205)			
24.448		(1.912)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.604	1.771
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 08)	9	Diversas	1.604	1.771
Diversos		9			
PERMANENTE		8.725	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.351	22.823
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	3.569	CAPITAL SOCIAL	20.418	17.836
Outros Investimentos		3.569	De Domiciliados no País	23.664	22.603
3.569			(Capital a Realizar)	(3.246)	(4.767)
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	3.036	RESERVAS DE SOBRAS	8.577	4.452
Outras Imobilizações de Uso		5.686			
(Depreciação acumulada)		(2.650)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	1.356	535
2.824		(2.254)			
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	2.120			
Outros Ativos Intangíveis		3.439			
(Amortização acumulada)		(1.319)			
1.800		(1.011)			
TOTAL DO ATIVO	264.916	190.335	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	264.916	190.335

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC
CNPJ/MF nº 03.793.242/0001-78

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	19.802	-	19.802	36.222	1	36.223	27.166	1	27.167
Operações de Crédito	18.652	-	18.652	34.870	1	34.871	27.165	1	27.166
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.150	-	1.150	1.352	-	1.352	1	-	1
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(11.720)	(39)	(11.759)	(22.607)	(59)	(22.666)	(19.059)	(42)	(19.101)
Operações de Captação no Mercado	(9.169)	(7)	(9.176)	(16.676)	(11)	(16.687)	(12.634)	(8)	(12.642)
Operações de Empréstimos e Repasses	(634)	(32)	(666)	(1.162)	(48)	(1.210)	(845)	(34)	(879)
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvidosa	(1.917)	-	(1.917)	(4.769)	-	(4.769)	(5.580)	-	(5.580)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	8.082	(39)	8.043	13.615	(58)	13.557	8.107	(41)	8.066
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.835)	480	(4.355)	(8.591)	679	(7.912)	(6.892)	563	(6.329)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.076	1.405	3.481	3.805	2.241	6.046	2.950	1.516	4.466
Rendas de Tarifas Bancárias	1.846	-	1.846	3.397	-	3.397	2.084	1	2.085
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(5.541)	(286)	(5.827)	(10.148)	(425)	(10.573)	(8.527)	(334)	(8.861)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(4.898)	(467)	(5.365)	(9.591)	(809)	(10.400)	(7.230)	(753)	(7.983)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(16)	(124)	(140)	(38)	(167)	(205)	(34)	(129)	(163)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 22)	6.147	87	6.234	11.790	106	11.896	9.939	423	10.362
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	(4.449)	(135)	(4.584)	(7.806)	(267)	(8.073)	(6.074)	(161)	(6.235)
RESULTADO OPERACIONAL	3.247	442	3.689	5.024	621	5.645	1.215	522	1.737
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	285	(2)	283	733	(3)	730	(209)	-	(209)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	3.532	440	3.972	5.757	618	6.375	1.006	522	1.528
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	38	38	-	-	-	-	(120)	(120)
Provisão para Imposto de Renda	-	18	18	-	-	-	-	(64)	(64)
Provisão para Contribuição Social	-	20	20	-	-	-	-	(56)	(56)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	3.532	478	4.010	5.757	618	6.375	1.006	402	1.408
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	-	618	(618)	-	402	(402)
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	3.532	478	4.010	6.375	-	6.375	1.408	-	1.408
DESTINAÇÕES	-	-	-	(5.019)	-	(5.019)	(873)	-	(873)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.203)	-	(1.203)	-	-	-
Fates - Estatutário	-	-	-	(226)	-	(226)	(54)	-	(54)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(2.939)	-	(2.939)	(482)	-	(482)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(651)	-	(651)	(337)	-	(337)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	1.356	-	1.356	535	-	535

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC
 CNPJ/MF nº 03.793.242/0001-78

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	16.448	3.297	336	20.081
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	336	(336)	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.783	-	-	2.783
Baixas de capital	(1.395)	-	-	(1.395)
Resultado do período	-	-	1.408	1.408
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(54)	(54)
Reserva Legal - Estatutária	-	482	(482)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	337	(337)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	17.836	4.452	535	22.823
Mutações do Período	1.388	1.155	199	2.742
Saldos no início do período em 01/01/2016	17.836	4.452	535	22.823
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	535	(535)	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.242	-	-	3.242
Baixas de capital	(1.827)	-	-	(1.827)
Resultado do período	-	-	6.375	6.375
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(226)	(226)
Reserva Legal - Estatutária	-	2.939	(2.939)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.167	-	(1.203)	(36)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	651	(651)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	20.418	8.577	1.356	30.351
Mutações do Período	2.582	4.125	821	7.528
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	18.171	4.987	2.365	25.523
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.819	-	-	1.819
Baixas de capital	(739)	-	-	(739)
Resultado do período	-	-	4.010	4.010
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(226)	(226)
Reserva Legal - Estatutária	-	2.939	(2.939)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.167	-	(1.203)	(36)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	651	(651)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	20.418	8.577	1.356	30.351
Mutações do Período	2.247	3.590	(1.009)	4.828

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC
CNPJ/MF nº 03.793.242/0001-78

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.411	8.735	1.234
Resultado do semestre/exercício	4.010	6.375	1.408
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	401	2.360	(174)
(Reversão) Provisão para operações de crédito	80	1.247	(1.007)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	(58)	58
Provisão para desvalorização de outros créditos	2	19	29
Depreciação do imobilizado de uso	297	585	510
Amortização do intangível	168	308	259
Baixas do ativo permanente	77	120	5
Provisão para passivos contingentes	73	317	92
Destinações ao FATES	(226)	(226)	(54)
Dividendos SicrediPar	(70)	48	(66)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	15.875	9.689	18.616
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(116)	(223)	(50)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(995)	(15.190)	-
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	4.423	3	(3)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	307	484	(339)
(Aumento) em operações de crédito	(31.984)	(39.488)	(14.915)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	2.671	4.936	4.767
(Aumento) em outros créditos	(2.190)	(2.333)	(1.248)
(Aumento) em outros valores e bens	(477)	(300)	(283)
Aumento em depósitos	41.885	62.982	25.056
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(46)	(172)	259
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(428)	(311)	164
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(53)	(34)
(Redução) Aumento em outras obrigações	2.825	(646)	5.242
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente	20.286	18.424	19.850
Aquisição de Imobilizado de Uso	(501)	(917)	(671)
Aplicações no Intangível	(127)	(629)	(876)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido (Aplicado)	(628)	(1.546)	(1.547)
Integralização de capital	1.819	3.242	2.783
Baixa de capital	(739)	(1.827)	(1.395)
Juros ao capital próprio	(36)	(36)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente	1.044	1.379	1.388
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	20.702	18.257	19.691
Caixa e equivalente de caixa no início do período	70.270	72.715	53.024
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	90.972	90.972	72.715

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 13/07/1999 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 2015 na Nota 10, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	157.644	(43)	157.601
OUTROS CRÉDITOS	6.989	(43)	6.946
Diversos	6.729	(43)	6.686
Ativo Não circulante	32.691	43	32.734
OUTROS CRÉDITOS	-	43	43
Diversos	-	43	43
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(6.329)	-	(6.329)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.539	(73)	4.466
Rendas de Tarifas Bancárias	2.012	73	2.085
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	18.666	(50)	18.616
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	19.900	(50)	19.850
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.597)	50	(1.547)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 02 de março de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia corridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	4.031	2.255
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	86.941	70.460
Total	90.972	72.715

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APlicações INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	274	50
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	274	50
Total realizável a longo prazo	274	50

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016	2015
Cotas de Fundos de Renda Fixa	15.190	-
Total circulante	15.190	-

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	88.843	28.961	117.804	81.591
Financiamentos	8.358	7.875	16.233	17.853
Financiamentos rurais e agroindustriais	12.148	91	12.239	7.343
Carteira total	109.349	36.927	146.276	106.787

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Devedores por compra de valores e bens	3	9	12	-
Títulos e créditos a receber (i)	6.978	-	6.978	5.574
Total	6.981	9	6.990	5.574

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	77.391	69.263	387	346
Nível B	1,00	41.129	22.802	411	228
Nível C	3,00	20.099	9.054	603	271
Nível D	10,00	6.414	4.387	641	439
Nível E	30,00	2.857	1.626	857	488
Nível F	50,00	1.941	1.857	971	928
Nível G	70,00	931	1.041	652	729
Nível H	100,00	2.504	2.331	2.504	2.331
Total (i)		153.266	112.361	7.026	5.760

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2016			2015
		A vencer			Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Pessoas Físicas	856	7.998	6.222	6.467	21.543
Rural	24	2.035	10.089	91	12.239
Industrial	436	11.315	5.445	5.424	22.620
Comércio	630	19.070	18.460	15.108	53.268
Outros Serviços	296	16.722	16.732	9.846	43.596
Total	2.242	57.140	56.948	36.936	153.266
					112.361

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	15.435	10,07	11.449	10,19
50 devedores seguintes	43.057	28,09	26.623	23,69
100 devedores seguintes	31.261	20,40	20.594	18,33
Demais	63.513	41,44	53.695	47,79
Total	153.266	100	112.361	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	5.760	6.738
Constituição de provisão	4.769	5.580
Movimentação de baixados para prejuízo	(3.503)	(6.558)
Saldo final	7.026	5.760

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.178 (2015 - R\$ 857), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 3.006 (2015 - R\$ 3.875).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado)
Adiantamentos e antecipações salariais	49	46
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.129	863
Devedores por compra de valores e bens	3	-
Devedores por depósitos em garantia	30	97
Impostos e contribuições a compensar	100	14
Títulos e créditos a receber	6.978	5.574
Operações com cartões	18	34
Pendências a regularizar	9	6
Outros	769	52
Total Circulante	9.085	6.686
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	43
Devedores por compra de valores e bens	9	-
Total realizável a longo prazo	9	43

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	914	600
Imóveis	797	384
Veículos e afins	117	216
Material em estoque	20	44
Despesas antecipadas	30	19
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	-	(58)
Total Circulante	964	605

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Sul	2.018	2.018
Sicredi Participações S.A.	1.548	1.548
Outras Participações e Investimentos	3	3
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Outros Investimentos	1	1
Total	3.569	3.569

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.	Sicredi Fundos Garantidores	Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
	502.150 ON	502.150 ON	2	2
Número de ações/quotas possuídas	1.046.231 PN	1.046.231 PN	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,18%	0,19%	1,27%	1,45%
Capital social	869.279	804.351	165	138
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676
Valor do investimento	1.548	1.548	2	2
			2.018	2.018

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016		2015	
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	5.686	(2.650)	3.036	2.824
Imobilizações em curso	-	156	-	156	118
Instalações	10%	1.874	(786)	1.088	1.139
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.728	(743)	985	868
Sistema de comunicação	10%	73	(32)	41	29
Sistema de processamento de dados	20%	1.527	(947)	580	491
Sistema de segurança	10%	282	(131)	151	146
Sistema de transporte	20%	46	(11)	35	33
 Intangível (i)	5% a 15%	3.439	(1.319)	2.120	1.800
Investimentos Confederação		3.439	(1.319)	2.120	1.800
 Total		9.125	(3.969)	5.156	4.624

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	44.865	-	-	44.865	36.125
Depósitos a prazo	800	2.181	159.554	162.535	108.292
Total	45.665	2.181	159.554	207.400	144.417

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	12.071	6.784
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	12.071	6.784
Total circulante	12.071	6.784
Recursos do Crédito Rural	89	440
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	89	440
Total exigível a longo prazo	89	440

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 8,5% a.a. com vencimentos até 15/10/2018, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	1.360	1.671
Cooperativa Central Sicredi Sul	1.360	1.671
Total circulante	1.360	1.671

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 09/12/2017.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	160	3.767
Provisão para pagamentos a efetuar	1.673	1.075
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	522	205
Provisão para coobrigações (i)	117	141
Juros dívida subordinada (ii)	165	-
Pendências a regularizar	67	9
Operações com cartões	6.823	5.218
Demais fornecedores	275	98
Credores diversos	824	728
Total circulante	10.626	11.241
Principal dívida subordinada (ii)	1.604	1.771
Total exigível a longo prazo	1.604	1.771

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente"

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	100	294	(167)	227
Cível	105	238	(48)	295
Total	205	532	(215)	522

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	227	100
Cível	Provável	295	105
Total		522	205

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 1.079 e R\$ 524 (2015 - R\$ 20 e R\$ 396), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	20.418	17.836
Total de associados	16.771	15.857

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 2.582 (2015 – R\$ 1.388), sendo R\$ 1.167 (2015 – R\$ 0) via integralização de resultados e R\$ 3.242 (2015 – R\$ 2.783), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através de resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.827 (2015 – R\$ 1.395).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,5% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.203, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2016 a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 768 (R\$ 5 em dezembro de 2015), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado apesar da participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	6.375	1.528
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(2.678)	(642)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	-	5
Provisão resgate milhas cartão	5	56
Provisão de PPR	11	1
Receita com atos cooperativos	2.418	402
Juros sobre o capital próprio	505	-
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	20
Outros	(261)	38
Subtotal	2.678	522
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(120)

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	274	50
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	15.190	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	86.841	70.460
Outros Créditos - Rendas a receber	146	179
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	1.145	925
Investimentos (Nota 10)	3.568	3.568
Intangível (Nota 11)	2.120	1.800
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	12.160	7.224
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	1.360	1.671
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	6.683	5.273
Principal e juros dívida subordinada	1.769	1.772
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.352	-
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	512	53
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 22)	10.322	8.987
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 18)	768	5
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	1.209	879
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	439	356
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 23)	4.276	3.971

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	63	0,14%	75
Depósitos a prazo	1.606	0,99%	1.442
Operações de crédito	742	0,51%	351

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	930	561

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 10.400 (2015 - R\$ 7.983), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 22 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	619	418
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	10.012	8.639
Reversão de provisões operacionais	1.045	812
Outras rendas operacionais	220	493
Total	11.896	10.362

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	487	682
Contribuição O.C.E.	30	34
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	555	517
Contribuição Confederação Sicredi	2.742	2.360
Cooperativa Central Sicredi Sul	527	450
Contribuição Sureg	8	372
Encargos da administração financeira	56	52
Repasse Administradora de Cartões	327	216
Outras provisões operacionais	1.572	592
Outras despesas operacionais	1.769	960
Total	8.073	6.235

NOTA 24 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	17.353	11.658
Total	17.353	11.658

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:		
Capital principal - CP	29.350	22.344
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	8.577	4.451
Lucros acumulados	1.356	535
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	1.002	479
O capital qualificado de Nível II pode ser detalhado conforme segue:		
Ativo classificado como dívida subordinada	1.416	1.772
Total do capital qualificado	30.765	24.116
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	22.034	16.737
Índice sobre o PR considerando a RBAN	14,72%	16,05%
Situação para o limite de imobilização	4.158	4.147
Índice de imobilização (limite 50%)	13,51%	17,20%

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Erli Silveira Lima
Diretor Executivo
CPF: 313.269.510-68

Paul Gerhard Enns
Diretor de Operações
CPF: 560.422.800-15

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72